

Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota
Kalume
•
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



[Companhia urbanizadora do DF deve ser submetida ao regime de precatórios, decide STF](#)

[TRF2 mantém suspensão de obras de tirolesa no Pão de Açúcar](#)

[TRF4 – Vara Ambiental determina remoção de quadra construída em área de restinga em Jurerê](#)

[TRF2 mantém liminar que paralisa obras de implantação da tirolesa do Pão de Açúcar](#)

[TJES – Juíza determina que companhia de saneamento realize ligação de rede de esgoto em residência](#)

[TJRS suspende decreto sobre convivência na Orla do Guaíba](#)

[TRF4 – Iniciado mutirão de audiências de conciliação sobre desapropriações da BR-470 em Blumenau \(SC\)](#)

[TRF4 nega pedido de empresas contra ato da ANTT que abriu mercado para concorrente](#)

[STJ – Vedação ao preço vil também se aplica à alienação do bem por iniciativa particular](#)



@MOTAKALUME_ADV

Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota
Kalume
•
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



[TJSC condena construtora por enriquecimento ilícito em obra de universidade pública](#)

[TRT7 – Trabalhador é indenizado após perder dois dedos em acidente de trabalho](#)

[TJRN – Empresa é condenada por não entregar infraestrutura básica em loteamento em Apodi](#)

[TJSC – TAC irregular é derrubado pelo Tribunal e pode comprometer loteamento no sul do Estado](#)

[Autoriza o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul \(CAU/RS\) a dispensar o recolhimento de taxas de Registro de Responsabilidade Técnica \(RRT\), referentes a projetos, obras e serviços de Arquitetura e Urbanismo a serem executados em recuperação de danos ocasionados pela catástrofe climática ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências](#)

[Regulamenta os Programas Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo e Apoio à Produção de Habitações, integrantes da área de aplicação Habitação Popular, no FGTS, possibilitando redução de desconto para imóveis usados](#)



[@MOTAKALUME_ADV](#)

Mota
Kalume
•
ADVOGADOS

Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota
Kalume
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



Fica qualificada, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, a política de fomento para realização de estudos de alternativas de parcerias com vistas à redução de despesa com energia elétrica em edifícios públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Dispõe sobre limites de renda e participação financeira de beneficiários, subvenções e quitação das operações contratadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), e das operações contratadas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrantes do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), nos termos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009

Lucro Real. Contrato de Concessão de serviços públicos sob a modalidade de concessão patrocinada. Parceria público-privada. Desequilíbrio e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Acréscimo à tarifa de remuneração da concessionária. Contraprestação pelo fornecimento de serviço. Indenização à concessionária pela eventual extinção do contrato, inclusive dos saldos remanescentes do desequilíbrio. Ativo financeiro. Ativo intangível. Modelo híbrido ou bifurcado



@MOTAKALUME_ADV